



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI NÚMERO 2.909, DE 28 DE JULHO DE 1992

INSTITUI O CÓDIGO DE POLÍCIA
ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE
CAMPO GRANDE-MS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE-MS:

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

T Í T U L O I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei contém as medidas de Poder de Polícia Administrativa a cargo do Município em matéria de higiene pública, costumes locais, utilização dos bens públicos, poluição ambiental, funcionamento e segurança dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatuindo do relações entre o poder público local e os munícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os efeitos deste código, considera-se Poder de Polícia os instrumentos de que dispõe a administração pública local para disciplinar e restringir direitos e liberdades individuais em razão do bem-estar da coletividade.

Art. 2º - Ao Executivo Municipal e, em geral, aos munícipes, incumbe zelar pela observância dos preceitos deste código.

Art. 3º - Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas serão resolvidos pelo órgão municipal competente, cabendo recurso da decisão ao Chefe do Poder Executivo.

T Í T U L O II

DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

C A P Í T U L O I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º - É garantido o livre acesso e trânsito da população nos logradouros públicos, exceto no caso de realização de obras públicas ou em razão de exigências de segurança.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
L 2909 28/07/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 5º - É vedada a utilização dos logradouros públicos para atividades diversas daquelas permitidas neste código.

§ 1º - O disposto neste capítulo I do Título II, a respeito dos logradouros públicos não revoga as Leis 2.818 de 10 de julho de 1991, que dispõe sobre a Criação do Programa para construção de Praças e Áreas Verdes por terceiros e nem o disposto na Lei 2.820 de 10 de julho de 1991, que dispõe sobre a Utilização de Praças Públicas Para Instalação de Lanchonete e Treiller ou Estruturas Desmontáveis.

§ 2º - Verificada a invasão de logradouro público, o Executivo Municipal promoverá as medidas Judiciais cabíveis para por fim a mesma.

Art. 6º - A realização de eventos e reuniões públicas, a colocação de mobiliários e equipamentos, a execução de obras públicas ou particulares em logradouros públicos dependem de licença prévia do órgão municipal competente, garantindo seu sistema de segurança.

Art. 7º - O responsável por dano a bens públicos municipais existentes nos logradouros públicos, fica obrigado a reparar o dano independente das demais sanções cabíveis.

Art. 8º - É vedado despejar águas servidas e lançar detritos de qualquer natureza nos logradouros públicos, ressalvadas as exceções previstas neste código.

Art. 9º - É proibido a colocação de objetos ou dispositivos delimitadores de estacionamento e garagens, salvo os colocados pelo órgão municipal competente.

C A P Í T U L O II

DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 10 - O trânsito é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a segurança e o bem-estar da população.

Art. 11 - É proibido embaraçar ou impedir por qualquer meio o livre trânsito de pedestre e veículos nas ruas, praças,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/07/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

calçadas, estradas e caminhos públicos, exceto para efeitos de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo Único - Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser requerida licença prévia e o local deverá ser sinalizado de forma visível de dia e luminosa à noite, conforme especificação do órgão municipal competente.

Art. 12 - É proibido o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, atendidas as disposições regulamentares.

Art. 13 - É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres pelos seguintes meios:

- I - conduzir, pelas calçadas, volumes que pelo seu porte causem transtornos;
- II - dirigir ou conduzir, pelas calçadas, veículos de qualquer espécie;
- III - conduzir animais de qualquer espécie, bravios ou não, sem a necessária precaução.

Art. 14 - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 15 - O Executivo Municipal impedirá o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte, que possa ocasionar danos à segurança do patrimônio público ou particular, ao patrimônio histórico, ambiental ou cultural, ou possa prejudicar a segurança, ou sossego e a saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/07/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

dos munícipes.

§ 1º - No uso de seu poder de polícia o Executivo Municipal poderá através da Guarda Municipal apreender veículo ou meio de transporte que infrinja o presente artigo e só liberá-lo mediante o pagamento de multa fixada da lei entre o mínimo de uma e o máximo de cinquenta UFICs.

§ 2º - No caso de reincidência a multa terá o seu máximo aumentado para quinhentos UFICs.

C A P Í T U L O I I I

DOS MUROS, DAS CALÇADAS E DA LIMPEZA DE TERRENOS

Art. 16 - Os terrenos não edificados, situados dentro do perímetro urbano do Município, com frente para vias ou logradouros públicos, dotados de calçamentos ou guias e sarjetas, serão obrigatoriamente fechados nos respectivos alinhamentos com muro ou estrutura metálica, de altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e guarneçados de portão.

§ 1º - Nas edificações de esquina situadas no alinhamento será obrigatório o fecho do canto chanfrado ou a tangente externa da parte arredondada deve concordar com a normal à bissetriz no ângulo dos dois alinhamentos, e ter comprimento mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 2º - A Prefeitura, ouvido o órgão competente da administração Municipal, poderá dispensar a construção de muro de fecho nas seguintes hipóteses:

- I - quando os terrenos forem localizados junto a córregos ou apresentarem acentuado desnível em relação ao leito do logradouro, inviabilizando a obra;
- II - em terrenos com alvará de construção em vigor, desde que o início das obras se dê em 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta lei, ou em igual prazo, contado a partir da expedição do alvará;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/07/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

III - o prazo previsto no inciso anterior poderá ser prorrogado por igual período a pedido do interessado, desde que devidamente justificado, a critério da Administração.

Art. 17 - Considerar-se-á inexistente o muro cuja construção ou reconstrução esteja em desacordo com as normas técnicas, legais ou regulamentares, cabendo ao responsável pelo imóvel o ônus integral pelas consequências advindas de tais irregularidades.

Art. 18 - Os responsáveis por imóveis que sejam lindeiros a vias ou logradouros públicos dotados de calçamentos ou guias e sarjetas, edificados ou não, são obrigados a construir os passeios fronteiros e mantê-los em perfeito estado de conservação.

§ 1º - Para os fins do disposto neste artigo, serão considerados inexistentes os passeios quando:

I - construídos ou reconstruídos em desacordo com as especificações técnicas ou regulamentares;

II - estiverem em mau estado de conservação em pelo menos 1/5 de sua área total ou, quando houver prejuízo ao aspecto estético ou harmônico de conjunto, mesmo na hipótese de ser a área danificada 1/5 da área total.

§ 2º - É vedada a utilização de queimadas para fins de limpeza de terrenos previsto neste artigo, ficando sujeito as sanções legais os proprietários que infringir-lo.

Art. 19 - Os passeios serão executados em concreto simples, sarrafeados, de acordo com as especificações a serem regulamentadas, excetuadas as hipóteses em que o órgão municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fls.06

competente exija a utilização de padronização ou material diverso.

§ 1º - Nos casos em que a Prefeitura Municipal reduziu a largura da via asfáltica, consequentemente aumentando a largura do passeio e que o transformou em "calçadão", o proprietário do imóvel fica obrigado a executar a calçada em largura de no mínimo 1,50m no eixo central e fazer a ligação desde até o muro e meio fio nas entradas social e de veículos, devendo no espaço restante a Prefeitura Municipal providenciar, a seu critério, a adequada urbanização.

§ 2º - Nos locais onde ocorreu o descrito no parágrafo anterior, faculta-se ao proprietário a construção de calçada ou urbanização em toda área correspondente ao seu imóvel.

- Art. 20 - Aplicam-se aos passeios, no tocante às exigências, prazos e dispensas, as disposições contidas no parágrafo segundo do artigo 16 desta lei.
- Art. 21 - É vedado rebaixar o meio-fio sem autorização prévia do órgão municipal competente.
- Art. 22 - É obrigatória a execução de rampa em toda a esquina, na posição correspondente à travessia de pedestres, em locais determinados por sinalização pelo órgão municipal competente.
- Art. 23 - Em bairros de uso predominantemente residencial será permitido ao munícipe o gramado na calçada correspondente ao lote desde que a faixa destinada a pedestres seja pavimentada, tenha largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e esteja localizada no eixo da calçada.
- Art. 24 - Será prevista abertura para arborização na calçada, ao longo do meio-fio, com dimensões que serão determinadas pelo órgão municipal competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- Art. 25 - Durante o período de execução de empreendimento, o proprietário é obrigado a manter a calçada fronteira de forma a oferecer boas condições de trânsito aos pedestres, efetuando todos os reparos e limpezas que se fizerem necessários.
- Art. 26 - Após o término do empreendimento ou no caso de sua paralização por tempo superior a 3 (três) meses, quaisquer elementos que avancem sobre os logradouros deverão ser retirados, desimpedindo-se a calçada, e deixando-a em perfeitas condições de uso.
- Art. 27 - Só será permitida a instalação nas calçadas de mobiliário urbano previsto neste código.
- Art. 28 - São responsáveis pelas obras e serviços de que trata esta lei:
- I - o proprietário ou possuidor do imóvel;
 - II - a concessionária de serviço público, quando a necessidade de obras e serviços decorrer de danos provocados pela execução de obras e serviços de sua concessão.
- § 1º - Nos casos de redução de passeios, alteração de seu nivelamento ou quaisquer outros danos causados pela execução de melhoramentos, as obras necessárias para reparação do passeio serão feitas pelo Poder Público, sem ônus para o prejudicado.
- § 2º - Os próprios Federal e Estadual, bem como, as de suas entidades paraestatais, ficam submetidas às exigências desta lei.
- Art. 29 - Nos casos de reconstituição, conservação ou construção de muros, passeios ou calçamentos danificados por concessionária de serviço público, fica esta obrigada a executar as obras ou serviços necessários no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da conclusão da obra principal.



§ 1º -Considerar-se-ão não executadas as obras ou serviços que apresentem vícios, defeitos, ou que ainda estejam em desacordo com as normas técnicas pertinentes.

§ 2º -Excepcionam-se os casos em que os passeios sejam danificados, atendendo conserto de ramal predial, cujo reparo está a cargo do proprietário.

C A P Í T U L O I V

DO MOBILIÁRIO URBANO

- Art. 30 - A instalação de mobiliário urbano em logradouro público, somente será permitida mediante licença do órgão municipal competente e obedecerá as disposições deste capítulo.
- Art. 31 - Considera-se mobiliário urbano de pequeno porte:
- I - armários de controle eletro-mecânico e telefonia;
 - II - bancos;
 - III - caixas de correio;
 - IV - coletores de lixo público;
 - V - equipamentos sinalizadores;
 - VI - hidrantes;
 - VII - postes;
 - VIII - telefones públicos.
- Art. 32 - Considera-se mobiliário urbano de grande porte:
- I - abrigos para passageiros de transporte público;
 - II - bancas de jornais e revistas;
 - III - cabines públicas;
 - IV - canteiros e jardineiras;
 - V - painéis de informação;
 - VI - quiosques;
 - VII - termômetros e relógios públicos;
 - VIII - toldos;
 - IX - parques infantis e monumentos.
- Art. 33 - São requisitos para a concessão de licença para instalação de mobiliário urbano:
- I - observância de padronização estabelecida pelo Executivo Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Lei 2909 28/7/92

- II - manutenção dos artefatos em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- III - harmonia com os demais elementos existentes no local a ser implantado, a fim de não causar impacto no meio urbano ou interferir no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, histórico, artístico e cultural, nem prejudicar o funcionamento do mobiliário já instalado;
- IV - localização que não implique em redução de espaços abertos, importantes para paisagismo, recreação pública ou eventos sociais;
- V - localização que não cause prejuízo à escala, ao ambiente e às características dos entornos;
- VI - localização que não oculte placas de sinalização, nomenclatura do logradouro ou numeração de edificação;
- VII - localização que não interfira em toda extensão da testada de colégios, templos, prédios públicos e hospitais;
- VIII - localização que não prejudique a arborização e a iluminação pública, nem interfira nas redes de serviços públicos;
- IX - localização que não prejudique a circulação de veículos, pedestres ou o acesso de bombeiros e serviços de emergência.

Art. 34 - Nas calçadas, o mobiliário urbano deverá manter uma distância mínima de 0,50m (cinquenta centímetros) até o meio-fio e de 2,00m (dois metros) até o alinhamento do terreno, para a circulação de pedestres.

Art. 35 - A fim de não prejudicar o ângulo de visibilidade das esquinas, é vedada a instalação de mobiliário urbano a uma distância mínima de:

- I - 3,00m (três metros) do cruzamentos viários, quando se tratar de mobiliário de pequeno porte;
- II - 7,00m (sete metros) dos cruzamentos viários, quando se tratar de mobiliário de grande porte, com exceção dos toldos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PARÁGRAFO ÚNICO - Os equipamentos de sinalização para veículos ou pedestres, toponímico e defesa de proteção poderão ser instalados na intersecção dos meios-fios, mediante autorização do órgão municipal competente.

Art. 36 - A instalação de coletor público de lixo em logradouro público observará o espaçamento mínimo de 40,00m (quarenta metros) entre cada cesto, o qual deverá estar, sempre que possível, próximo a outro mobiliário urbano.

PARÁGRAFO ÚNICO - A caixa deverá ser de tamanho reduzido, feita de material resistente, dotada de compartimento necessário para a coleta de lixo e conter obstáculos à indevida retirada do mesmo.

Art. 37 - Nas edificações, será permitida a instalação de toldos, com a observância das seguintes exigências:

- I - projetar-se até a metade dos afastamentos ou da largura da calçada;
- II - deixar livre no mínimo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) entre o nível do piso da calçada e o toldo, sem coluna de sustentação sobre a calçada;
- III - respeitar as áreas mínimas de iluminação e ventilação da edificação, exigidas pelo Código de Obras.

C A P Í T U L O V

DA OCUPAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

S E Ç Ã O I

DOS TAPUMES, ANDAIMES E OUTROS DISPOSITIVOS

DE SEGURANÇA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

- Art. 38 - Será obrigatória a colocação de tapumes, sempre que se executarem obras de construção, reforma e demolição nas vias públicas.
- Art. 39 - Os tapumes serão confeccionados de forma a constituírem uma superfície contínua e deverão ocupar uma faixa de largura no máximo igual a metade da calçada, obedecendo uma largura mínima de 2,00m (dois metros), nas ZCs e de 1,20m (um metro e vinte centímetros) nas demais zonas, para passagem de pedestres.
- Parágrafo Único - O responsável pela colocação dos tapumes poderá utilizá-los como espaço livre para manifestações artísticas independente de autorização do órgão municipal competente, desde que não atentem contra os bons costumes.
- Art. 40 - Por todo o tempo dos serviços de construção, reforma, demolição, conservação e limpeza dos edifícios, será obrigatória a colocação de andaime ou outro dispositivo de segurança, visando preservar a integridade física dos transeuntes.
- Art. 41 - Em nenhum caso e sob qualquer pretexto os tapumes, andaimes e dispositivos de segurança poderão prejudicar a arborização, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito, e outras instalações de interesse público.

S E Ç Ã O II

DOS PALANQUES, PALCOS E ARQUIBANCADAS

- Art. 42 - Poderão ser armadas em logradouro público palanque, palco e arquibancada para atividade religiosa, cívica, esportiva, cultural ou de caráter popular, observadas as seguintes condições:
- I - tenham localização e projeto aprovados pelo órgão municipal competente;
 - II - não prejudiquem a pavimentação, a vegetação ou o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelo evento os estragos porventura verificados;
 - III - instalem iluminação elétrica, na hipótese de utilização noturna;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

IV - participem o órgão municipal competente sobre o evento no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas para que se efetuem as modificações cabíveis no trânsito e a divulgação das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Executivo Municipal só liberará o alvará de instalação de palanques, palcos e arquibancadas, mediante a apresentação de laudo técnico assinado por engenheiro de segurança do trabalho, aprovado pela Prefeitura Municipal e, o cumprimento das normas de segurança ficará a cargo dos responsáveis pelo evento.

C A P Í T U L O VI

DO ASPECTO URBANÍSTICO

S E Ç Ã O I

DOS DEVERES DOS PROPRIETÁRIOS

Art. 43 - É proibido depositar ou descarregar qualquer espécie de detrito orgânico, resíduos industriais, em terrenos localizados em área urbana e de expansão urbana deste Município mesmo que os referidos terrenos não estejam devidamente fechados, ficando a guarda dos mesmos por conta do proprietário.

Art. 44 - Fica o proprietário responsável pelo efetivo controle das águas superficiais no seu imóvel e pelos efeitos de abrasão, erosão ou infiltração, respondendo por danos ao logradouro público e pelo assoreamento das peças que compõem o sistema de drenagem de águas pluviais.

S E Ç Ã O II

DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 45 - Constitui infração a esta lei, todo e qualquer ato que importe em destruição ou danificação de árvores plantadas em áreas públicas municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

- § 1º - Entende-se por destruição, a morte das árvores, ou que seu estado seja tal, que não ofereça mais condições para sua recuperação.
- § 2º - Entende-se por danificação, os ferimentos provocados na árvore, prejudicando o seu desenvolvimento, com possível consequência, a morte da mesma, incluindo-se neste conceito os atos de remoção, corte, poda e desbastamento.
- Art. 46 - Visando a boa qualidade do ambiente urbano, a Prefeitura poderá fazer intervenção na paisagem sempre que julgar necessário, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização (CMDU) em projetos especiais.
- Art. 47 - Todos os serviços que impliquem em destruição ou danificação das árvores da arborização pública, deverão ser executados exclusivamente pelo órgão municipal competente ou por delegação deste.
- Parágrafo Único - Cada remoção de árvore importará no imediato replantio da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.
- Art. 48 - Compete ao Executivo Municipal o controle fitossanitário da arborização pública.
- § 1º - Entende-se por controle fitossanitário as medidas preventivas e mitigadoras para o manejo de pragas (insetos) e doenças (fungos e bactérias).
- § 2º - Quando da necessidade de aplicação de defensivos, o órgão municipal competente providenciará as medidas de segurança cabíveis.
- Art. 49 - A expedição do habite-se para empreendimento unirresidencial e multirresidencial ficará condicionada ao plantio de espécies arbóreas no logradouro público, na forma a ser regulamentada pelo órgão municipal competente.

T Í T U L O III
DA HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

C A P Í T U L O I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 50 - Constitui dever do Executivo Municipal zelar pelas condições sanitárias em todo o território do Município, atuar no controle de endemias, epidemias, surtos diversos e participar de campanhas de saúde pública, em consonância com as normas Federais e Estaduais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Executivo Municipal ouvido o conselho Municipal de Saúde, complementarmente elaborará normas técnicas especiais detalhando as disposições deste Capítulo.

Art. 51 - Os empreendimentos destinados à atividades do comércio, indústrias e serviço de uso coletivo observarão as prescrições de higiene e limpeza contidas neste código e normas técnicas específicas.

C A P Í T U L O II

DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 52 - A ação fiscalizadora da autoridade sanitária será exercida sobre o alimento, pessoal que lida com o mesmo, local e instalação relacionados com a fabricação, produção, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimento.

Art. 53 - Os estabelecimentos que exerçam qualquer das atividades arroladas no artigo anterior ficam sujeitos à regulamentação e à expedição de normas técnicas e de atestado sanitário pelo órgão municipal competente.

§ 1º - Os estabelecimentos de que trata este artigo deverão ser instalados para o fim a que se destinam, quer em maquinários, quer em utensílios, em razão de sua capacidade de produção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 *Estado de Mato Grosso do Sul*

- § 2º - Todas as instalações dos estabelecimentos de que trata este artigo deverão ser mantidas em perfeitas condições de higiene e limpeza.
- § 3º - O atestado sanitário previsto no "caput" deste artigo, renovável a cada ano, será concedido após fiscalização e inspeção, e afixado em local visível.
- Art. 54 - É vedado:
- I - produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, embalar ou reembalar, armazenar ou vender alimentos sem registro, licença ou autorização do órgão municipal competente;
 - II - expor à venda ou entregar ao consumo alimentos, cujo prazo de validade tenha expirado ou apor-lhe novas datas, após expirado o prazo;
 - III - fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas ou produtos dietéticos.
- Art. 55 - O alimento deve estar livre e protegido de contaminação física química e biológica proveniente do homem, de animal e do meio ambiente, nas fases de processamento, da fonte de produção até o consumidor.
- § 1º - O produto, substância, insumo e outro elemento deve originar-se de fonte aprovada ou autorizada pela autoridade sanitária, sendo apresentado em perfeitas condições de consumo e uso.
- § 2º - O alimento perecível será transportado, armazenado, depositado e exposto à venda sob condições de temperatura, umidade, ventilação e luminosidade que o protejam de deterioração e contaminação.
- § 3º - O alimento deverá apresentar limites aceitáveis de agrotóxicos estipulados pelos órgãos internacionais de saúde.
- Art. 56 - O produto considerado impróprio para o consumo humano poderá ser destinado para outros fins, tais como a industrialização e a alimentação animal, mediante laudo técnico de inspeção.
- Parágrafo Único - O destino final de qualquer produto considerado impróprio para o consumo humano deverá ser obrigatoriamente fiscalizado pelo órgão municipal competente, que acompanhará o produto até que não mais seja possível seu retorno ao consumidor humano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

C A P Í T U L O I I I

DO SANEAMENTO

- Art. 57 - É obrigatória a observância dos requisitos mínimos indispensáveis à proteção da saúde no Município.
- Art. 58 - A água destinada a ingestão e ao preparo de alimentos deverá atender ao padrão mínimo de potabilidade segundo as normas da AWWA e fiscalizada através de análises periódicas pela Secretaria de Saúde do Município ou do Estado.
- Art. 59 - As caixas de água ou reservatórios deverão manter os padrões de higiene determinados pelo órgão municipal competente, o qual, sempre que necessário, poderá inspecioná-las.
- Art. 60 - Os estabelecimentos comerciais, industriais e públicos, deverão manter cozinha, sala de manipulação de alimento e sanitários em perfeitas condições de higiene e conservação.
- Art. 61 - Toda edificação, será ligada à rede pública de abastecimento de água e a coletor público de esgoto, sempre que existente, em conformidade com as normas técnicas específicas, do órgão competente.
- Art. 62 - As piscinas de uso coletivo e respectivas dependências serão mantidas em rigoroso estado de limpeza e conservação.
Parágrafo Único - A água de piscina será tratada de acordo com as prescrições do órgão municipal competente.
- Art. 63 - É vedada à pessoa portadora de moléstia contagiosa, a utilização de piscina de uso público.
- Art. 64 - O Executivo Municipal poderá, em qualquer ocasião, inspecionar as piscinas de uso público, fiscalizar o seu funcionamento e instalações, exigir a realização de análise de tomada d'água, em laboratório credenciado pelo mesmo, correndo as despesas relativas a essas pesquisas por conta exclusiva do responsável ou proprietário da piscina.
Parágrafo Único - Caberá ao Poder Executivo a inspeção lagoas, lagos e reservatórios situados Município, fiscalizando a qualidade da água através de análise laboratorial, sobre a utilização da mesma para banhos e outras atividades afins.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CAPÍTULO IV

DOS ESTACIONAMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇO

SEÇÃO I

DOS HOTÉIS E SIMILARES

Art. 65 - Hotéis, motéis, pensões, restaurantes, bares, padarias e estabelecimentos congêneres, observarão:

- I - o uso de água fervente, ou produto apropriado à esterilização para louça, talheres e utensílios de copa e cozinha, não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a lavagem em balde, tonel ou outro vasilhame;
- II - perfeitas condições de higiene, limpeza e conservação em cozinha, copa, despensa e sanitários;
- III - perfeitas condições de uso dos utensílios de cozinha e copa, sendo passíveis de apreensão e inutilização imediata o material danificado, lascado ou trincado;
- IV - limpeza e asseio dos empregados, que deverão estar obrigatoriamente uniformizados.

Parágrafo único - Os hotéis, motéis, pensões e similares deverão atender também:

- a) os leitos, roupas de cama, cobertas, móveis e assoalhos deverão ser desinfetados;
- b) é vedado o uso de roupa de cama, toalha ou guardanapo, sem prévia lavagem e desinfecção.

SEÇÃO II

DOS SALÕES DE BELEZA, SAUNAS E SIMILARES

Art. 66 - Os instrumentos de trabalho em salões de beleza, barbearias, saunas e similares serão esterilizados com aparelhos ultravioletas e similares.

§ 1º - Os profissionais da área deverão trabalhar uniformizados, preferencialmente uniformes de cor clara, mantendo em dia a carteira de saúde, trazendo o estabelecimento sempre com pintura em perfeitas condições, iluminação clara e sanitários devidamente higienizados e cuidados.

§ 2º - O Poder Executivo poderá, após consultar as entidades representativas da classe, exigir outros requisitos de higiene e saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92
Estado de Mato Grosso do Sul

S E Ç Ã O III

DOS HOSPITAIS E SIMILARES

- Art. 67 - Nos hospitais, clínicas, casas de saúde, maternidades, farmácias e similares, é obrigatório:
- I - esterilização de roupas, louças, talheres e utensílios diversos;
 - II - desinfecção de colchões, travesseiros, cobertores, móveis e assoalhos;
 - III - manutenção de cozinha, copa, lavanderia, despensa, banheiros e demais dependências em condições de completa higiene, inclusive com paredes laváveis.
- Art. 68 - Os estabelecimentos farmacêuticos habilitados a procederem à aplicação de injeções o farão através de pessoas credenciadas, devendo, obrigatoriamente, utilizar seringas descartáveis.

C A P Í T U L O V

DO ATO DE FUMAR

- Art. 69 - É proibido a prática de fumar nos recintos fechados, dos estabelecimentos comerciais, escolas, cinemas, teatros, assim como no interior de elevadores e dos veículos de transporte público, e na área dos postos de serviços e abastecimento de veículos, e ainda nos locais de acesso público das repartições públicas municipais, podendo essa proibição ser estendida a locais de reuniões de âmbito restrito.
- Parágrafo Único - excetuam-se das disposições deste artigo as lanchonetes, bares, restaurantes, boates e congêneres.
- Art. 70 - Nos locais de que trata o "caput" do artigo anterior, deve ser colocada em local visível uma placa proibitiva de fumar.
- Art. 71 - Os estabelecimentos atingidos pela proibição de que trata o artigo deste capítulo poderão dispor de sala especial, destinadas a fumantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 72 - O responsável pelo local sujeito às proibições deste Capítulo, zelará pelo cumprimento das presentes normas.

CAPÍTULO VI

DOS ANIMAIS

Art. 73 - Não será permitida a criação ou conservação de animal, que pela sua natureza ou qualidade, seja causa de insalubridade ou incômodo.

§ 1º - É de responsabilidade dos proprietários a manutenção, dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar.

§ 2º - Cabe aos proprietários tomar medidas cabíveis no tocante à vacinação de cães e gatos contra a raiva, quando solicitada pelo órgão municipal competente.

Art. 74 - É proibido manter animais nas vias públicas, exceto os domésticos e de pequeno porte, quando conduzidos por seus donos.

CAPÍTULO VII

DOS ANIMAIS SINANTRÓPICOS

Art. 75 - Ao munícipe compete a adoção de medidas necessárias, para a manutenção de suas propriedades limpas evitando o acúmulo de lixo, materiais inservíveis ou coleções líquidas, que possam propiciar a instalação e proliferação de fauna sinantrópicas.

Parágrafo único - Consideram-se animais sinantrópicos aqueles que indejavelmente coabitam com o homem, tais como: roedores, baratas, moscas, pernilongos, pulgas e outros.

TÍTULO IV

DA POLUIÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 76 - Para efeito deste código, considera-se poluição ambiental qualquer alteração das condições físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante de atividades humanas, em níveis capazes de direta ou indiretamente:

I - ser impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde, à segurança e ao bem-estar da população;

II - criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

III - ocasionar danos à flora, à fauna e a outros recursos naturais, às propriedades públicas ou à paisagem urbana.

Parágrafo único - Considera-se meio ambiente tudo aquilo que compõe a natureza, que envolve e condiciona o homem e suas formas de organização na sociedade, dando suporte material para sua vida bio-psicosocial.

Art. 77 - Fica proibido o lançamento ou liberação de poluentes, direta ou indiretamente, nos recursos ambientais, respeitados os critérios, normas e padrões fixados pelos Governos Federal e Estadual.

§ 1º - Considera-se poluente toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, provoque poluição ambiental nos termos do artigo anterior.

§ 2º - Consideram-se recursos ambientais a atmosfera, as águas superficiais e subterrâneas, o solo e os elementos nele contidos, a flora e a fauna.

§ 3º - Considera-se fonte poluidora efetiva ou potencial, toda atividade, processo, operação, maquinarias, equipamento ou dispositivo, móvel ou não, que possa causar emissão ou lançamento de poluentes.

§ 4º - Ato do Executivo Municipal regulamentará as medidas necessárias a serem adotadas para o transporte e destino final de cargas perigosas.

CAPÍTULO II

DA POLUIÇÃO VISUAL

Art. 78 - Veículo de divulgação, para efeito deste código, é o instrumento portador de mensagem de comunicação.

§ 1º - São considerados veículos de divulgação as faixas, cartazes, tabuletas, painéis, "out-doors", avisos, placas e letreiros, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas.

§ 2º - Quando utilizados para transmitir anúncios, também são considerados veículos de comunicação, balões, bóias, aviões e similares.

Art. 79 - A utilização de veículos de divulgação em logradouros públicos, ou imóvel privado, quando visíveis dos lugares públicos, depende de licença do órgão municipal competente, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Parágrafo único - Ficam excluídos da exigência deste artigo os veículos de divulgação destinados a anúncio que transmita informação ou mensagem de orientação do poder público, tais como sinalização de tráfego, numeração de edificação ou indicação turística e cartográfica da cidade.

Art. 80 - Em terrenos não edificados, a permissão para colocação de veículos de divulgação estará condicionada ao cumprimento das disposições contidas no Capítulo III do Título II deste Código.

Art. 81 - Os pedidos de licença para a colocação de veículos de divulgação deverão explicitar:

- I - os locais em que os mesmos serão afixados ou distribuídos;
- II - a natureza dos materiais que o compõem;
- III - as dimensões;
- IV - as inscrições e os textos;
- V - as cores empregadas;
- VI - o sistema de iluminação a ser adotado, em caso de anúncios luminosos.

Art. 82 - Os anúncios luminosos deverão ser colocados a uma altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) do nível do piso da calçada.

Art. 83 - A critério exclusivo do órgão municipal competente, será permitida a publicidade em mobiliário e em equipamento social urbano, desde que para fins de patrocínio e conservação e sem prejuízo de sua utilização e função.

Art. 84 - É vedado colocar veículos de divulgação:

- I - em áreas protegidas por lei e em monumentos públicos, incluindo-se os entornos quando prejudicarem sua visibilidade;
- II - ao longo das faixas de domínio de vias, ferrovias, viadutos, passarelas, rodovias federal e estadual, dentro do limite do Município;
- III - nas margens de curso d'água, parques, jardins, canteiros de avenida e área funcional de interesse ambiental, cultural, turístico e educacional;
- IV - quando sua forma, dimensão, cor, luminosidade, obstrua ou prejudique a perfeita visibilidade de sinal de trânsito ou outra sinalização destinada à orientação do público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

V - quando perturbem as exigências de preservação da visão em perspectiva, ou deprecie o panorama ou prejudique direito de terceiros.

- Art. 85 - Os veículos de divulgação deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- Art. 86 - É vedado pichar ou afixar cartazes, faixas, placas e tabuletas em muros, fachadas, árvores ou qualquer tipo de mobiliário urbano.
- Art. 87 - É vedado ao anúncio obstruir, interceptar ou reduzir o vão de portas e janelas, prejudicando a circulação, iluminação ou ventilação de compartimentos de uma edificação.

C A P Í T U L O I I I

DA POLUIÇÃO SONORA

- Art. 88 - Poluição Sonora, para os efeitos deste Código, é toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva à saúde, à segurança e ao sossego da coletividade.
- Art. 89 - É vedada a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que cause poluição sonora, através do limite real da propriedade ou dentro de zonas residenciais e áreas sensíveis a ruídos.
- § 1º - Considera-se noturno o período que se estende das 22:00 horas de um dia até às 7:00 horas do dia seguinte.
- § 2º - Os estabelecimentos de diversões noturnas deverão adotar formas de tratamento acústico a fim de evitar incômodo às propriedades vizinhas, sob pena de cassação das licenças de funcionamento.
- Art. 90 - É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos e sons, excessivos e evitáveis, tais como:
- I - os de matracas, cornetas e outros sinais exagerados ou contínuos, usados como anúncios por ambulantes para venderem ou propagandearem seus produtos;
 - II - soar ou fazer soar a qualquer hora sinos, cigarras, sirenes, apitos ou similares, que não os de emergência, por mais de 01 (um) minuto;
 - III - utilizar alto-falantes, fonógrafos, rádios e outros aparelhos sonoros como meio de propaganda, mesmo em casas de negócios ou para outros fins, desde que sejam considerados incômodos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 *Estado de Mato Grosso do Sul*

- IV - queimar ou permitir a queima de foguetes, morteiros, bombas ou outros fogos de artifícios em áreas sensíveis a ruídos;
- V - carregar e descarregar, abrir, fechar, manusear caixas, engradados, recipientes, materiais de construção, latas de lixo ou similares no período noturno, de modo que cause poluição sonora em zonas residenciais e áreas sensíveis a ruídos;
- VI - os produzidos por motores e equipamentos por eles acionados desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;
- VII - operar, executar ou permitir a operação ou execução de qualquer instrumento musical, amplificado eletronicamente ou não, rádio, fonógrafo, aparelho de televisão ou amplifique som em qualquer lugar de entretenimento público, sem autorização do órgão municipal competente.

Parágrafo Único - Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais, compreendidos em áreas formada por um raio de 200,00m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, maternidade, asilos, bibliotecas, áreas de proteção à fauna silvestre, unidade de conservação da natureza e estabelecimentos de ensino, quando o horário das atividades coincidirem com o das aulas.

Art. 91 - É proibida a utilização de dispositivos que produzam vibrações, além do limite real da propriedade da fonte poluidora.

Art. 92 - Não estão compreendidas na proibição deste capítulo, os sons produzidos por:

- I - bandas de músicas, desde que em procissões, cortejos ou desfiles públicos;
- II - sirenes ou aparelhos de sinalização sonora de ambulância, carro de bombeiros ou similares;
- III - apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos em movimento, dentro do período diurno, respeitando a legislação do Conselho Nacional do Trânsito - CONTRAN;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 *Estado de Mato Grosso do Sul*

- IV - manifestações em recintos destinados à prática de esportes, com horário previamente licenciado pelo órgão municipal competente, excluindo-se a queima de foguetes, morteiros, bombas ou a utilização de outros fogos de artifícios, quando usados indiscriminadamente;
- V - alto-falantes, na transmissão de avisos de utilidade pública procedentes de entidades de direito público;
- VI - coleta de lixo, promovida pelo órgão municipal competente;
- VII - vozes ou aparelhos, usados na propaganda eleitoral, de acordo com a legislação própria.

T Í T U L O V

DA LIMPEZA URBANA

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 93 - Fará parte integrante deste código, o Regulamento de Limpeza Urbana de Campo Grande.
- Art. 94 - Os serviços de limpeza pública e da higiene das vias e logradouros públicos são encargos da Prefeitura Municipal de Campo Grande, que executará, direta ou indiretamente, através das seguintes atividades;
- I - planejamento e controle;
 - II - coleta de lixo;
 - III - limpeza das vias e logradouros públicos;
 - IV - transporte e destinação final do lixo;

C A P Í T U L O II

DA LIMPEZA PÚBLICA

- Art. 95 - Para viabilizar os serviços de coleta e a limpeza urbana, os munícipes deverão obedecer às seguintes disposições:
- I - a coleta de lixo domiciliar será limitada a volume máximo diário para cada unidade residencial ou estabelecimento;
 - II - o lixo domiciliar deverá ser acondicionado em recipientes padronizados, da forma a ser estabelecida pelo órgão municipal competente, o qual poderá fixar tratamento diferenciado conforme a área onde se procederá à coleta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

- III - deverão ser observados os horários e locais para para colocação do lixo acondicionado e seus recipientes para a coleta;
 - IV - só será permitido o uso ou instalação de incinerador de lixo nos casos em que o órgão municipal competente assim o exigir;
 - V - os resíduos ou produtos que por sua natureza ou por razões de segurança devam ser incinerados, poderão sê-lo, a céu aberto, em local previamente determinado, até a implantação de incinerador público pela municipalidade, excetuando-se do alcance deste dispositivo o lixo hospitalar ou produto contaminado;
 - VI - mediante o pagamento da taxa respectiva, poderá o Executivo Municipal proceder à coleta, por meio de remoção especial, dos resíduos sólidos especiais, sendo que, nos casos em que tais resíduos forem transportados pelos responsáveis, estes deverão obedecer às determinações do órgão competente para evitar derramamento na via pública e poluição local;
 - VII - será permitido o uso de containerizadores, na forma a ser regulamentada pelo Executivo Municipal.
- Art. 96 - O lixo coletado será transportado para o destino final por meio de viaturas, atendidas as condições de ordem sanitária, técnica, econômica e estética.

C A P Í T U L O III

DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS

- Art. 97 - A manutenção da higiene das vias e logradouros públicos será feita através dos serviços de varrição, lavagem, remoção de resíduos, capinação de mato e ervas daninhas e raspagem da terra.
- Art. 98 - Para viabilizar os serviços da higiene das vias e logradouros, deverão ser observadas as seguintes disposições;
- I - os moradores, comerciantes, industriais e prestadores de serviço estabelecidos no perímetro urbano, serão responsáveis pela limpeza do passeio fronteiro às suas residências ou estabelecimentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 *Estado de Mato Grosso do Sul*

- II - os serviços de que trata o inciso anterior deverão ser efetuados em hora conveniente e de pouco trânsito;
- III - o lixo proveniente dos serviços de que trata este artigo não poderá ser amontoado nas vias públicas, devendo ser recolhido em recipiente padronizado pelo órgão municipal competente;
- IV - é proibido jogar lixo nas vias e logradouros públicos, bem como em boca de lobo, bueiro, valeta de escoamento, poço de visita, e em outras partes do sistema de águas pluviais, às margens ou no próprio leito de rios, córregos e lagoas;
- V - é proibido, nas vias e logradouros públicos, publicidade ou propaganda de qualquer natureza, mediante a colagem de cartazes ou lançamento de panfletos, folhetos, ou similares atirados de veículos, aeronaves ou edifícios;
- VI - é proibido lavar veículos e equipamentos em vias e logradouros públicos;
- VII - as atividades de construção, demolição, reforma, pintura ou limpeza de fachadas de edificações que borrifem líquidos ou produzam poeira, só poderão ser exercidas mediante a adoção de medidas no sentido de evitar incômodo a vizinhos e transeuntes.

T Í T U L O VI

DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO

DE SERVIÇO

C A P Í T U L O I

DO LICENCIAMENTO

Art. 99 - Nenhuma atividade poderá localizar-se ou funcionar sem licença prévia do órgão municipal competente.

§ 1º - A concessão de licença para as atividades de que trata este artigo dependerá de vistoria prévia do empreendimento onde esta será exercida, por técnico do órgão municipal competente.

§ 2º - A concessão de licença para as atividades de que trata este artigo, somente será dada observadas as legislações Estadual e Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- Art. 100 - A concessão de licença de funcionamento para as atividades mencionadas do Título III - "Da Higiene e Saúde Pública"- deste código, ficará condicionada à expedição de atestado sanitário e ao cumprimento das normas técnicas fixadas pelo órgão municipal competente.
- Art. 101 - Para efeito de fiscalização, o estabelecimento licenciado deverá afixar o alvará em local visível.
- Art. 102 - Para mudança de atividade do empreendimento, deverá ser solicitada a necessária permissão ao Executivo Municipal, que verificará se o empreendimento satisfaz as condições exigidas pela nova atividade.

C A P Í T U L O I I

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS

EMPREENDEMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

- Art. 103 - A abertura e fechamento dos empreendimentos onde se prestam serviços e se desenvolvem atividades industriais e comerciais no Município, respeitadas as convenções coletivas e a legislação trabalhista pertinente, obedecerão ao seguinte horário:

- I - para a indústria e as prestadoras de serviço:
- a) a abertura e fechamento entre 6:00 e 18:00 horas, nos dias úteis;
 - b) abertura e fechamento entre 7:00 e 13:00 horas, aos sábados;
 - c) fechamento nos domingos e feriados nacionais, bem como nos feriados locais, quando decretados pela autoridade competente.
- II - Para o comércio a abertura e o fechamento se dará entre 8:00 e 18:00 horas, nos dias úteis e, 8:30 e 12:30 horas aos sábados, permanecendo fechados nos casos da alínea "C" do inciso anterior.
- a) O Executivo Municipal poderá conceder licença especial para funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços fora do horário definido, desde que haja acordo coletivo de trabalho celebrado entre os sindicatos representativos das categorias econômicas e profissionais do comércio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- b) A "Autorização Especial" para funcionamento do estabelecimento além do horário normal, poderá também ser cancelada por solicitação dos órgãos federais competentes em matérias de fiscalização do trabalho, se os mesmos apurarem irregularidades no cumprimento das leis trabalhistas ou dos acordos celebrados.
- c) Na véspera do Dia dos Pais, Dia das Mães e Páscoa, e no Dia dos Namorados, o encerramento do comércio se dará às 20:00 horas quando recairem em dias úteis e, às 18:00 horas quando sobrevierem aos sábados.
- d) Os supermercados e hipermercados funcionarão de 2ª feira a sábado, de 08:00 às 21:00 horas, exceto nas datas entre 16 a 23 de dezembro de cada ano, quando o horário de fechamento poderá ser prorrogado até às 22:00 horas.
- e) Nos casos da construção civil, por conveniências técnicas, poderão ser prolongados os horários das alíneas "a" e "b" do inciso I, do caput, mediante autorização especial do Executivo Municipal.

Art. 104 - Não estão sujeitos ao horário normal de funcionamento os estabelecimentos:

- I - instalados no interior de aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias, os quais obedecerão ao horário de funcionamento dos mesmos, desde que não tenham comunicação direta com o logradouro público;
- II - que se dediquem à impressão de jornais, laticínios, frio industrial;
- III - serviços de utilidade pública;
- IV - indústrias que, por conveniências operacionais, funcionam em turno ininterrupto.
- V - os Shopping Centers funcionarão no horário das 09:00 às 22:00 horas, de segunda-feira à sábado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

Art.105 - Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horário especial a serem regulamentadas por ato do Executivo Municipal, independente das exigências contidas no artigo 103 deste Código, mediante licença especial, os seguintes estabelecimentos:

- I - açogues;
- II - agências de aluguel de carro e similares;
- III - barbeiros e cabelereiros;
- IV - bares, restaurantes e similares;
- V - estabelecimentos de diversões noturnas;
- VI - farmácias;
- VII - hotéis, motéis e similares;
- VIII - lojas de departamento;
- IX - lojas de flores e coroas;
- X - lojas ou feiras de artesanatos;
- XI - padarias;
- XII - postos de serviços;
- XIII - shopping-centers;
- XIV - varejistas de frutas, verduras, legumes e ovos;
- XV - varejistas de peixes;
- XVI - vendedores de livros, jornais e revistas.

Art. 106 - Para efeito de licença especial, no funcionamento de estabelecimento de mais de um ramo de negócios, deverá prevalecer o horário mais restritivo.

Art. 107 - Os mercados municipais e as feiras livres serão objeto de regulamentação própria.

Art. 108 - Consultados os proprietários de farmácias e drogarias, o órgão municipal competente fixará as escalas de plantão, visando à garantia de atendimento de emergência da população.

§ 1º - Quando fechadas, as farmácias deverão afixar à porta, uma placa padronizada pelo órgão municipal competente com a indicação dos estabelecimentos que estiverem de plantão.

§ 2º - Mesmo quando fechadas as farmácias poderão, nos casos de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.



C A P Í T U L O III

DO COMÉRCIO AMBULANTE E ARTESANAL

- Art. 109 - O exercício do comércio ambulante e/ou artesanal dependerá de licença especial, a ser expedida pelo órgão municipal competente.
- Art. 110 - Os vendedores licenciados de que trata este capítulo são obrigados:
- I - trazer consigo o instrumento da licença, a fim de apresentá-lo à fiscalização municipal sempre que lhe for exigido;
 - II - manter seus equipamentos em bom estado de conservação e limpeza;
 - III - manter limpa a área e utilizar um recipiente para lixo;
 - IV - exercer suas atividades somente nos locais permitidos pelo órgão municipal competente.
 - V - apresentar carteira sanitária atualizada.
- Art. 111 - Além de obedecer às disposições do artigo anterior e, no que couber, às relativas ao Trânsito Público, à Higiene e Saúde Pública, à Poluição Sonora e aos Horários de Funcionamento dos Empreendimentos Comerciais e Industriais, os vendedores de que trata este Capítulo também estão sujeitos às seguintes restrições:
- I - não efetuar vendas em transporte público;
 - II - não utilizar equipamentos fora dos padrões aprovados;
 - III - não utilizar caixa, caixote ou vasilhame nas proximidades do equipamento licenciado.
 - IV - não poderão vender produtos farmacêuticos e químicos.

C A P Í T U L O IV

DAS BANCAS DE JORNAIS E REVISTAS

- Art. 112 - As bancas atenderão às disposições deste Código, especialmente as contidas no Título II - "Dos Logradouros Públicos" e deste Capítulo.
- Art. 113 - As bancas poderão vender jornais, revistas, almanaques, guias e mapas de turismo, livros, cartões postais, publicações culturais ou de entretenimentos, selos do correio, fichas telefônicas, souvenirs, canetas, lápis,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

balas, doces, sorvetes, pilhas, cigarros, artigos da época e afins.

Art. 114 - As bancas de jornais e revistas, além de obedecerem ao dispositivo no Capítulo IV do Título II deste código, deverão satisfazer as seguintes condições:

I - Só poderão ser instaladas em calçadas cuja largura mínima salvasguarde o espaço para pedestre, de 02,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) do meio fio.

II - Será vedada sua localização a uma distância mínima de:

a) 7,00 m (sete metros) do alinhamento predial, dos pontos de parada de coletivos, de edificações destinadas a órgãos de segurança e militar, do acesso à estabelecimentos bancários, repartições públicas, cinemas, teatros, hotéis, hospitais, de monumentos históricos ou tombados e, ainda, de estabelecimentos de ensino.

b) 150,00 m (cento e cinquenta metros) do raio de outra banca, quando situada nas zonas comerciais.

c) 500,00 m (quinhentos metros) do raio de outra banca, quando situada nas demais zonas.

Art. 115 - As bancas serão sempre móveis, de material determinado pelo órgão municipal competente, e não poderão ultrapassar a medida de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) de largura por 4,00 m (quatro metros) de comprimento e altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo Único - As bancas existente legalmente autorizadas na data da promulgação desta lei terão preservados os seus direitos.

Art. 116 - As bancas deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação e limpeza.

Art. 117 - É vedado:

I - aumentar as dimensões da banca com caixotes, tábuas



- ou por qualquer meio;
- II - exibir ou depositar jornais ou revistas no solo das calçadas;
- III - colocar anúncios diversos do referente ao exercício da atividade licenciada.

C A P Í T U L O V
DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

- Art. 118 - É expressamente proibida a venda e ou transporte de materiais inflamáveis e explosivos, nos limites do Município, sem as licenças devidas.
- Art. 119 - O requerimento de licença de funcionamento para depósitos de explosivos e inflamáveis será acompanhado de:
- I - memorial descritivo e planta, indicando a localização do depósito, sua capacidade, dispositivos protetores contra incêndio, instalação dos respectivos aparelhos sinalizadores e de todo o aparelhamento ou maquinário que for empregado na instalação;
- II - cálculo, prova de resistência e estabilidade, ancoragem e proteções, quando o órgão municipal competente julgar necessário.
- III - o proprietário ficará obrigado a enviar ao órgão Municipal competente, no espaço de dois (2) em dois (2) anos, laudo de vistoria, quanto à segurança, assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho.
- IV - fica obrigado o proprietário destes locais, comunicar ao Órgão competente Municipal qualquer mudança ou alteração do projeto original previamente aprovado.
- Art. 120 - O Executivo Municipal poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, estabelecer outras exigências necessárias à segurança dos depósitos de explosivos e inflamáveis e das propriedades vizinhas, ouvindo-se órgãos técnicos ou instituições especializadas, se necessário.
- Art. 121 - Se a coexistência, no mesmo local, de inflamáveis de naturezas diversas apresentar algum perigo às pessoas, coisas ou bens, o Executivo Municipal se reserva o direito de determinar a separação, quando e do modo que julgar necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 122 - Nos depósitos, a instalação dos dispositivos protetores contra incêndios deverá obedecer às normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 123 - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º - Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes credenciados pela empresa ou proprietário do veículo.

Art. 124 - A queima de fogos de artifícios será permitida desde que restrita a espaços livres, onde não haja a possibilidade de danos pessoais ou materiais.

Parágrafo Único - É proibida a queima de fogos em:

- I - porta, janela ou terraço das edificações;
- II - à distância inferior a 500,00 m (quinhentos metros) de hospitais, casas de saúde, asilos, presídios, quartéis, postos de serviços e de abastecimentos de veículos, edifícios-garagem, depósitos de inflamáveis e explosivos, reservas florestais e similares.
- III - locais de reunião, definidos neste código.
- IV - é proibida a venda de fogos de artifício a menores de 14 anos.

C A P Í T U L O VI

DOS POSTOS DE SERVIÇOS E DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS

Art. 125 - Os postos de serviços e de abastecimento de veículos obedecerão, além da legislação permitente, ao disposto no Capítulo V - "Dos Inflamáveis e Explosivos" - deste código.

Art. 126 - A edificação destinada a postos de serviços e de abastecimento de veículos deverá conter instalações de tal natureza que as propriedades vizinhas ou logradouros públicos não sejam molestados pelos ruídos, vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação e lavagem.



Art. 127 - Os estabelecimentos de que trata este Capítulo serão obrigados a instalar no alinhamento do imóvel, canaletas providas de grelhas para a coleta de águas superficiais.

C A P Í T U L O VII

DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, PINTURA PULVERIZADA OU VAPORIZADAS E SIMILARES

Art. 128 - Os serviços de limpeza, lavagem, lubrificação, pulverização ou outro que produzam partículas em suspensão, serão realizados em compartimento devidamente fechado e de modo que se evite o arrasto das substâncias em suspensão para o exterior.

Parágrafo Único - Fica excetuada da exigência deste artigo a lavagem de veículos, desde que obedeça à distância mínima de 10,00m (dez metros) dos logradouros públicos e 5,00 m (cinco metros) das divisas.

Art. 129 - O lançamento de água servida no sistema de drenagem de águas pluviais fica condicionado a tratamento prévio realizado em conformidade com as especificações técnicas do órgão municipal competente.

C A P Í T U L O VIII

DOS ESTACIONAMENTOS E GARAGENS

Art. 130 - O estacionamento ou garagem em lote vago será licenciado desde que o terreno esteja de acordo com as prescrições do capítulo III - do Título II deste código e tenham pavimentação permeável, com adequada captação de águas pluviais.

Parágrafo Único - Os locais de acesso devem ser mantidos livres e desimpedidos, sendo obrigatória instalação de alarme sonoro e visual para os que transitam na calçada.

C A P Í T U L O IX

DOS LOCAIS DE REUNIÃO

Art. 131 - Locais de reunião, para os efeitos deste código, são



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

os espaços, edificados ou não, onde possam ocorrer aglomerações ou afluência de público.

Art. 132 - De acordo com as características de suas atividades os locais de reunião classificam-se em:

- I - esportivo;
- II - cívico e cultural;
- III - recreativo ou social;
- IV - religioso;
- V - eventual (parques de diversões, feiras, circos e congêneres).

Art. 133 - Nos locais de reuniões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

- I - tanto os recintos de entrada como os de espetáculos serão mantidos limpos;
- II - logo acima de todas as portas de saída deverá haver a inscrição "SAÍDA", legível à distância;
- III - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
- IV - deverão ser tomadas as precauções necessárias para evitar incêndios;
- V - o mobiliário deverá ser mantido em perfeito estado de conservação.

Art. 134 - A armação de circos, parques de diversões e feiras, cobertas ou ar livre só será permitida em locais previamente determinados pelo Executivo Municipal e devidamente acompanhado de laudo técnico, quando à segurança, sob responsabilidade de Engenheiro de Segurança do Trabalho, desde que não cause transtornos a hospitais, asilos, escolas e congêneres.

§ 1º - Os locais de que trata este artigo deverão oferecer condições seguras de evacuação de pedestres e veículos e facilidade de estacionamento, mediante parecer favorável do órgão municipal competente.

§ 2º - A autorização de funcionamento dos circos, parques de diversões e feiras dependerá de vistoria prévia de todas as suas instalações pelo órgão municipal competente, da apresentação de laudo técnico quando á resistência e segurança de seus equipamentos, e não poderá ser concedida por prazo superior a 60 (sessenta) dias.



§ 3º - Ao conceder ou renovar a autorização, o órgão municipal poderá estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de garantir a ordem e segurança dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§ 4º - Para a realização de espetáculos circenses são necessários os atendimentos das condições que serão direcionadas pelo corpo de bombeiros, conforme preceitua o artigo 17 das disposições finais e transitórias da Lei Orgânica do Município.

Art. 135 - A licença para a instalação de circo com capacidade igual ou superior a 300 (trezentas) pessoas ficará condicionada à aprovação prévia pelos órgãos competentes, dos projetos de instalação elétrica, saneamento e de escoamento de público, sob a responsabilidade de engenheiro de Segurança do trabalho.

Art. 136 - É obrigatória afixar nos locais de acesso ao público o horário de funcionamento, preço dos ingressos, lotação máxima e limite de idade permitidos.

§ 1º - Os programas anunciados deverão ser executados integralmente, não podendo os espetáculos se iniciarem em hora diversa da marcada.

§ 2º - Não poderão ser vendidos ingressos por preço superior ao anunciado, nem em número excedente à lotação permitida.

C A P Í T U L O X

DAS DIVERSÕES ELETRÔNICAS

Art. 137 - É obrigatória a afixação, em local visível, das restrições firmadas pelo Juizado de Menores quanto a horário e frequência do menor, nos estabelecimentos com diversões eletrônicas.

C A P Í T U L O XI

DAS FEIRAS LIVRES

Art. 138 - As feiras constituem centro de exposições, produção e comercialização de produtos alimentícios, bebidas, artesanatos, obras de arte, livros, animais domésticos de pequeno porte, peças antigas e similares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 139 - Compete ao Executivo Municipal aprovar, organizar, supervisionar, orientar, dirigir, promover assistir e fiscalizar a instalação, funcionamento e atividade de feiras, bem como articular-se com os demais órgãos envolvidos no funcionamento das mesmas.

Parágrafo Único - A organização, promoção e divulgação de feira, poderá ser delegada a terceiros, a critério do Executivo Municipal.

Art. 140 - O Executivo Municipal estabelecerá os regimentos que regulamentarão o funcionamento das feiras, considerando sua tipicidade.

Parágrafo Único - Além de outras normas, os regimentos definirão:

- I - dia, horário e local de instalação e funcionamento da feira;
- II - padrão dos equipamentos a serem utilizados;
- III - produtos a serem expostos ou comercializados;
- IV - as normas de seleção e cadastramento dos feirantes.

Art. 141 - As feiras deverão atender às disposições do Título III - "Da Higiene e Saúde Pública".

Art. 142 - Aos feirantes compete:

- I - cumprir as normas deste Código e do Regulamento de Feiras ;
- II - expor e comercializar exclusivamente no local e área demarcada pelo Executivo Municipal;
- III - não utilizar letreiro, cartaz, faixa e outro processo de comunicação visual, sem prévia expressa autorização do Executivo Municipal;
- IV - apresentar seus produtos e trabalhos em mobiliário padronizado pelo Executivo Municipal;
- V - não utilizar aparelho sonoro ou qualquer forma de propaganda que tumultue a realização da feira ou agrida sua programação visual;
- VI - zelar pela conservação de jardim, monumento e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

- mobiliário urbano existente na área de realização das feiras;
- VII - respeitar o horário de funcionamento da feira;
 - VIII - portar carteira de inscrição e de saúde e exibí-las quando solicitado pela fiscalização;
 - IX - afixar em local visível ao público o número de sua inscrição.

Parágrafo Único - Em feira de abastecimento, é obrigatória a colocação, de preços nas mercadorias expostas, de maneira visível e de fácil leitura.

Art. 143 - A feira será realizada sempre em área fechada ao trânsito de veículos.

Art. 144 - Fica facultado ao Executivo Municipal o direito de transferir, modificar, adiar, suspender, suprimir ou restringir a realização de qualquer feira, em virtude de:

- I - impossibilidade de ordem técnica, material, legal ou financeira para sua realização;
- II - desvirtuamento de suas finalidades determinantes;
- III - distúrbios no funcionamento da vida comunitária da área onde se localizar.

C A P Í T U L O X I I

DOS MERCADOS MUNICIPAIS

Art. 145 - Mercado de abastecimento é o estabelecimento destinado a venda, a varejo, de todos os gêneros alimentícios e, subsidiariamente, de objetos de uso doméstico de primeira necesidade.

Art. 146 - Compete exclusivamente ao Executivo Municipal, organizar, supervisionar, orientar, dirigir, promover, assistir e fiscalizar a instalação e funcionamento de mercados de abastecimento.

Parágrafo Único - O Executivo Municipal poderá celebrar convênios com terceiros para fazer a construção, exploração ou operação de mercados de abastecimento, observadas as prescrições deste Capítulo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

fls.39

Art. 147 - Os mercados obedecerão ao presente código, em especial o Título III - "Da Higiene e Saúde Pública".

Art. 148 - O Executivo Municipal elaborará os regulamentos dos Mercados Municipais, normatizando seus funcionamentos e os enviarão ao Legislativo Municipal para suas apreciações e votação.

Parágrafo Único - Além de outras normas pertinentes, os regulamentos definirão:

I - dia e horário de funcionamento;

II - padrão do mobiliário a ser utilizado;

III - produtos a serem comercializados.

Art. 149 - Ao comerciante do mercado de abastecimento compete:

I - comercializar, exclusivamente, o produto licenciado;

II - não utilizar letreiro, cartaz, faixa e outros processos de comunicação visual sem prévia e expressa autorização do Executivo Municipal;

III - obedecer aos dias e horários estabelecidos para funcionamento;

IV - não utilizar aparelhos sonoros ou qualquer forma de propaganda que agrida a programação visual;

V - zelar pela conservação de jardim, monumento e mobiliário urbano existente no entorno;

VI - portar carteira de inscrição, de saúde e exibí-las quando solicitado pela fiscalização;

VII - afixar os preços das mercadorias expostas, de forma visível, de fácil leitura;

VIII - manter a loja, box e mobiliário dentro dos padrões fixados pelo órgão municipal e em adequado estado de higiene e limpeza, assim como as áreas adjacentes;

IX - acondicionar em saco de papel, invólucro ou vasilhame apropriado, a mercadoria vendida;

X - cuidar do próprio vestuário e do seu preposto.

C A P Í T U L O X I I I

DOS RESTAURANTES, BARES, CAFÉ E SIMILARES

Art. 150 - Os restaurantes, bares, cafés e similares deverão atender, além das exigências deste Capítulo, às contidas no Título III - "Da Higiene e Saúde Pública".



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

Lei 2909 28/7/92

Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 151 - Os restaurantes, bares, cafés e similares são obrigados a afixar, em local visível ao público, a tabela de preços de seus produtos e serviços.

Art. 152 - O uso de calçada para colocação de mesas e cadeiras em frente a restaurante, bar, café e similar, depende de licença prévia do órgão municipal competente.

Parágrafo Único - O pedido de licença deverá ser acompanhado de planta do estabelecimento indicando, a testada, a largura da calçada, o número e a disposição das mesas e cadeiras.

Art. 153 - O uso de calçada para colocação de mesas e cadeiras pelos estabelecimentos de que trata este Capítulo, só será permitido quando forem satisfeitas as seguintes exigências:

- I - estejam dispostas em passeio de largura nunca inferior a 3,00m (três metros);
- II - ocupem apenas parte da calçada correspondente à testada do estabelecimento para o qual licenciadas;
- III - a faixa destinada à colocação de mesas e cadeiras esteja compreendida entre o alinhamento e a faixa destinada ao trânsito de pedestres, a qual não poderá ser inferior a 2,00m (dois metros);
- IV - obedeçam à padronização fixada pelo órgão municipal competente;
- V - sejam colocadas apenas nos horários permitidos pelo órgão municipal competente;
- VI - sejam colocados em locais onde não seja prejudicado o trânsito de pedestres.

C A P Í T U L O XIV

T Í T U L O VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

C A P Í T U L O I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 154 - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste código ou de outras Leis ou atos baixados pelo Executivo Municipal, no uso de seu poder de polícia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 *Estado de Mato Grosso do Sul*

Art. 155 - Será considerado infrator todo aquele que cometer ou mandar, constringer ou auxiliar alguém a praticar infração ou seu representante legal.

C A P Í T U L O I I

DAS PENALIDADES

Art. 156 - Sempre que se verificar a infração de qualquer dispositivo deste Código, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - multa;

II - apreensão;

III - inutilização de produtos;

IV - interdição de atividades;

V - cassação do alvará de licença com fechamento do estabelecimento.

Art. 157 - Quando o mesmo fato puder ser punido com duas ou mais penalidades de natureza diversa, ou com multas de diferentes valores, será aplicada a mais onerosa.

Art. 158 - O Executivo Municipal definirá as áreas de aplicação prioritária dos artigos 16 e 18 deste Código, levando em conta os aspectos urbanísticos, e o de densidade de circulação de pedestres.

Art. 159 - A multa consistirá na obrigação de pagar certa importância em dinheiro.

Art. 160 - A multa será sempre aplicável, qualquer que seja a infração, podendo também ser cumulada com as demais penalidades previstas no artigo 156.

Art. 161 - As multas terão o valor de 01 (uma) a 500 (quinhentas) vezes o valor da Unidade Fiscal de Campo Grande-UFIC, aplicadas de acordo com o quadro constante do Anexo II, observado o disposto quanto à reincidência.

Parágrafo Único - Na aplicação da multa deverão ser observadas as circunstâncias em que a infração tenha sido cometida, sua gravidade e as consequências que possa produzir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 162 - No caso de reincidência no cometimento da infração, a multa será aplicada em dobro.

§ 1º - Verifica-se a reincidência sempre que o infrator comete nova infração, transgredindo pelo qual já tenha sido autuado e punido, em ocasiões sucessivas.

§ 2º - Para efeito de reincidência não prevalece a infração anterior se entre a data da autuação e a segunda infração tiver transcorrido prazo superior a 01 (um) ano.

Art. 163 - A multa prevista para infração aos artigos 16 e 18 será aplicada cumulativamente a cada 30 (trinta) dias, até que seja sanada a irregularidade.

Art. 164 - A apreensão consistirá na tomada dos objetos, produtos, mercadorias ou animais que constituem a infração ou com os quais seja praticada, e o respectivo recolhimento a depósito designado pelo órgão municipal competente.

§ 1º - Toda apreensão deverá constar do auto lavrado pela autoridade competente, com descrição circun-
tanciada do que for apreendido.

§ 2º - Na hipótese de apreensão de animal, o mesmo deverá ser identificado pelos seus sinais caracte-
rísticos.

Art. 165 - No caso de apreensão de bens, produtos, mercadorias ou animais, os mesmos poderão ser liberados, a pedido do interessado, no prazo estipulado pelo órgão competente, mediante a quitação da multa aplicada, das despesas decorrentes da apreensão e cumprimento, de outras even-
tuais sanções impostas.

§ 1º - Ao animal apreendido e não retirando no prazo estipulado será dada a finalidade julgada convenien-
te pelo órgão da Administração Pública Municipal.

§ 2º - No caso de apreensão de animal portador de doença transmissível em via pública, o mesmo deverá ser obrigatoriamente sacrificado, sem que se possa pleitear sua liberação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 *Estado de Mato Grosso do Sul*

§ 3º - Caso os bens, produtos e mercadorias apreendidas não sejam retirados dentro do prazo determinado pelo órgão municipal competente, este promoverá a venda dos mesmos em hasta pública, sendo a importância apurada aplicada na indenização das multas e despesas de que trata este artigo, entregando-se qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado, que deverá ser entregue ao Serviço de Protocolo Geral até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da hasta pública.

§ 4º - No caso de apreensão de material ou mercadoria perecível, o prazo para reclamação ou retirada será de 24 (vinte e quatro) horas e, expirado esse prazo, se os referidos produtos ainda forem próprios para o consumo humano, poderão ser doados a instituições de assistência social, sem fins lucrativos, sem qualquer direito a indenização ao proprietário.

§ 5º - Caso não haja arrematante na hasta pública realizada, não haverá direito a qualquer indenização para o interessado e às mercadorias apreendidas será dado o destino que a Administração julgar conveniente, podendo utilizá-los em suas próprias atividades ou para finalidades assistenciais, sem fins lucrativos.

Art. 166 - A inutilização consistirá na destruição de produtos, alinhamentos, mercadorias ou instrumentos de uso proibido, imprestáveis ou nocivos ao consumo, sem que o proprietário faça jus a qualquer indenização.

Art. 167 - A interdição consistirá na suspensão de uso ou funcionamento, de estabelecimentos, atividades, habitações, equipamentos ou aparelhos quando:

I - puder constituir perigo à saúde, higiene e segurança, bem estar do públicos ou das pessoas que frequentem o local;

II - puder causar dano ao patrimônio público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

III - estiver funcionando sem a respectiva licença e demais autorizações exigidas por lei, ou em desacordo com as disposições destas, ou com infrações às exigências deste código.

Art. 168 - A interdição será precedida da intimação de que trata o inciso VI do artigo 172 deste Código, pela qual o infrator poderá sanar a irregularidade, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a ser estabelecido pelo agente da fiscalização, conforme a gravidade da infração e suas consequências.

Parágrafo Único - A interdição será aplicada de imediato, dispensando-se a intimação de que trata este artigo, em caso de reincidência ou se a infração for de tal gravidade que possa causar danos irreparáveis aos interesses em proteção.

Art. 169 - Não sendo atendida a intimação ou verificada a hipótese de sua dispensa, será lavrado o respectivo termo de interdição, que fará parte integrante do auto de infração e conterà obrigatoriamente, o prazo e as exigências para regularização.

Parágrafo Único - A interdição somente será suspensa após o cumprimento das exigências estabelecidas no auto.

Art. 170 - O não atendimento das exigências estabelecidas com a determinação da interdição implicará na cassação da permissão de funcionamento.

C A P Í T U L O III

DA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA E DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 171 - Preliminarmente à autuação, a critério da Administração, poderá ser expedida uma notificação prévia ao infrator, para que este, no prazo determinado, tome as providências cabíveis no sentido de sanar as irregularidades.

§ 1º - No caso de infração aos artigos 16 e 18 deste código, a notificação prévia poderá ser feita por edital publicado em Diário Oficial e em jornal de grande



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 *Estado de Mato Grosso do Sul*

circulação no Município, por 3 (três) vezes consecutivas, contendo apenas os nomes das ruas que formam o perímetro da área onde se encontra o lote, com as especificações das quadras.

§ 2º - A notificação prévia poderá ser suprimida conforme a conveniência da Administração, especialmente nas hipóteses de reincidência ou de infração que possa importar em risco à segurança, higiene, saúde ou bem-estar públicos.

Art. 172 - Esgotado o prazo na notificação, sem que as irregularidades tenham sido supridas, ou verificada a hipótese de dispensa desta, será lavrado de imediato pelo funcionário da fiscalização municipal o respectivo auto, em modelo a ser determinado pelo Executivo Municipal, em flagrante ou não, do qual constará obrigatoriamente:

- I - hora, dia, mês, ano e local da infração;
- II - nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
- III - descrição sumária dos fatos, o dispositivo infringido, a penalidade aplicada e a circunstância de ser ou não reincidente o infrator;
- IV - nome e assinatura de quem efetuou a lavratura;
- V - assinatura do infrator ou a menção de sua recusa em fazê-lo;
- VI - a intimação do infrator para pagar as multas devidas e, eventualmente, cumprir disposições legais, ou apresentar defesa nos prazos previstos.

§ 1º - Quando o infrator não for encontrado no local da infração para a intimação de que trata o inciso anterior, a mesma será feita através de edital publicado em uma única vez em Diário Oficial e em jornal de grande circulação no Município.

§ 2º - Em se tratando de infrações aos artigos 16 e 18 deste código a intimação poderá ser feita apenas pela menção dos nomes das ruas que formam o perímetro da área onde se encontra o lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

§ 3º - Na hipótese de infração aos artigos 16 e 18 esgotados os prazos sem que tenham sido executados os serviços, a Administração Pública Municipal poderá de acordo com a conveniência dos serviços, promover a execução dos mesmos, ficando o infrator responsável pelo pagamento de custo apropriado das obras e serviços, acrescidos de 100% (cem por cento), a título de administração, independente da aplicação da multa devida, juros e correção monetária e das demais penalidades, sendo que, em tais casos, o débito poderá ser inscrito na Dívida Ativa, tão logo se torne exigível.

Art. 173 - Sempre que houver resistência à fiscalização, autuação e penalização das infrações previstas neste código, a Administração Municipal poderá solicitar auxílio à força policial.

C A P I T U L O I V
DO DIREITO DE DEFESA

Art. 174 - O infrator terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação da lavratura do auto de infração, para apresentar defesa, através de petição escrita devidamente instruída com os documentos indispensáveis para o julgamento, entregue no Serviço de Protocolo Geral.

Parágrafo único - A defesa será julgada pelo titular da Secretaria encarregada de sua autuação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, e o extrato da decisão será publicado em Diário Oficial, para intimação do infrator.

Art. 175 - Das decisões proferidas pelos Secretários caberá recurso à Junta de Recursos do Município de Campo Grande, que deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação de que trata o parágrafo único do artigo anterior.

Art. 176 - A apresentação de defesa ou de recurso não suspenderá a aplicação das penas de interdição e cassação de licença.

Art. 177 - Não sendo apresentada defesa no prazo fixado, ou sendo esta julgada insubsistente, o infrator terá o prazo de 05



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado de Mato Grosso do Sul

(cinco) dias úteis para cumprir a obrigação de fazer ou não fazer eventualmente imposta, e recolher a multa aplicada.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 178 - Ato do executivo Municipal regulamentará, no que couber, as disposições desta Lei.

Art. 179 - Faz parte integrante deste Código um Glossário contendo as expressões técnicas utilizadas (Anexo I).

Art 180 - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Parágrafo Único - Durante o período de vacância, o Executivo remeterá ao Legislativo, projeto de Lei que institui o Código Administrativo de processo fiscal de Campo Grande-MS.

Art. 181 - Revogam-se as disposições da Lei nº 1.096 de 04.12.67 e as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 28 DE JULHO DE 1992

LÚDIO MARTINS COELHO
Prefeito Municipal

Publicado no "DIÁRIO OFICIAL" do
Estado de Mato Grosso do Sul.
N.º 3349 de 29.07.92

Este texto não substitui o original.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I
GLOSSÁRIO

ABRIGO PARA PASSAGEIROS DE TRANSPORTE PÚBLICO	- Estrutura colocada nas calçadas, em pontos de embarque ou desembarque de passageiros de condução coletiva, destinada a protegê-los das intempéries.
ÁGUA SERVIDA	- Água que, após cumprir determinada função ou uso, sai do sistema de abastecimento e não torna a ingressar nele.
ÁGUAS SUPERFICIAIS	- Águas de chuva.
ALINHAMENTO	- Linha determinada pelo Município como limite do lote ou terreno com logradouros públicos existentes ou projetados.
ANDAIME	- Plataforma elevada, suportada por meio de estrutura provisória de sustentação que permite executar, com segurança, trabalhos de construção, demolição, reparos e pinturas.
ARMÁRIO DE CONTROLE ELETRO-MECÂNICO E TELEFONIA	- Dispositivo destinado a suportar e abrigar blocos, que possibilitem a interconexão de cabos da rede alimentadora com os cabos da rede de distribuição.
BANCAS DE JORNAIS	- Estrutura instalada em determinados pontos das vias urbanas destinada à venda de publicações periódicas.
CABINE PÚBLICA	- Compartimento utilizado pelo Poder Público, situado nos passeios, destinado a prestar serviços de interesse coletivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- CABINE TELEFÔNICA - Pequeno compartimento desmontável, reservado para comunicações telefônicas, localizado em certos pontos das vias urbanas.
- CAIXA DE CORREIO - Recipiente cuja finalidade é receber correspondência a ser expedida, colocado em certos pontos das vias urbanas.
- CALÇADA - Caminho destinado ao uso de pedestres, situado nos logradouros públicos, geralmente mais elevado nas laterais das vias.
- CANTEIRO - Parte da via urbana guarnecida de plantas, flores ou relva, delimitada por guias.
- COLETOR DE LIXO PÚBLICO - Caixa coletora de lixo descartado por transeuntes, instalada em passeios, praças e parques.
- CRUZAMENTO VIÁRIO - Ponto onde se encontram ou se cruzam duas ou mais vias.
- DEFENSA DE PROTEÇÃO - Dispositivo colocado sobre as calçadas a fim de impedir o acesso ou invasão de veículos.
- EDIFÍCIO-GARAGEM - Empreendimento de base comercial e de serviços destinado exclusivamente à guarda ou estacionamento de veículos automotores.
- ENTORNO - Área envoltória de bens protegidos, construída por paisagens naturais ou edificadas, que possuem relação de impacto com o bem e assegurem a escala volumétrica compatível para a ambiência e a visibilidade do mesmo e delimitada por poligonal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- EQUIPAMENTO SINALIZADOR - Sinal convencional para orientação do trânsito, seja por meio de placas ou seja por meio de semáforos.
- EQUIPAMENTO SOCIAL URBANO - Equipamentos de educação, saúde, cultura, lazer e similares.
- ESCALA - Relação entre as dimensões dos elementos representados num desenho cartográfico e as correspondentes dimensões na natureza.
- EXPLOSIVOS - Corpos de composição química definida, ou misturas de compostos químicos que, sob a ação do calor, atrito, choque, percussão, faísca elétrica ou qualquer outra causa, produzam reações exotérmicas instantâneas dando em resultado formação de gases superaquecidos cuja pressão seja suficiente para destruir ou a pessoa ou as coisas.
- GRELHA - Grade de ferro.
- HABITE-SE - Documento expedido por órgão competente, em vista da conclusão da edificação, autorizando seu uso ou ocupação.
- INDICADOR DE NOMENCLATURA URBANA - Sinal indicativo do nome que as vias de uma cidade recebem para sua respectiva identificação.
- JARDINEIRA - Mobiliário onde se plantam flores ou pequenos arbustos.
- LAUDO TÉCNICO - Documento escrito, fundamentado, no qual são registrados os estudos, observações e conclusões de uma perícia ou inspeção, elaborado por profissional habilitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- LICENÇA - Permissão outorgada pela autoridade competente para realização de uma determinada atividade ou empreendimento previsto em lei.
- LIXO DOMICILIAR - Detritos e resíduos produzidos pela ocupação de imóveis públicos ou particulares, residenciais ou não.
- LIXO PÚBLICO - Resíduos sólidos resultantes das atividades da limpeza urbana, executadas em passeios, vias e logradouros públicos e do recolhimento dos resíduos depositados em cestos públicos.
- LOGRADOURO PÚBLICO - Espaço livre reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer público.
- MEIO-FIO - Elemento destinado a separar o leito da via pública do passeio.
- MOBILIÁRIO URBANO - Artefatos que interferem na paisagem urbana, instalados nos logradouros e destinados ao uso público, tais como caixas de correspondência, telefones públicos, bancas de jornais, caixas coletoras de lixo, bancos e jardineiras nas calçadas, postes de iluminação e de sinalização, bancos em praças e jardins e cabines diversas.
- MURO - Elemento sustentante que serve para fechar um terreno.
- PAINEL DE INFORMAÇÃO - Dispositivo para fixação e proteção de quadros contendo informações do interesse da população.
- PAISAGEM URBANA - Conjunto de manifestações físicas do espaço urbano, resultante do trabalho de construção e ordenamento da sociedade no seu processo de apropriação no seu processo da natureza.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- QUIOSQUE - Abrigo ou ornamentação de parques, praças ou jardins, utilizado para venda de flores, cigarros e congêneres.
- RAMPA - Superfície inclinada que constitui, dentro ou fora dos edifícios, elemento de circulação vertical.
- RESÍDUOS SÓLIDOS ESPECIAIS - Aqueles cuja produção diária exceda o volume ou peso fixados para a coleta regular ou os que, por sua composição qualitativa e/ou quantitativa, requeiram cuidado especiais em pelo menos uma das seguintes fases: acondicionamento, coleta, transporte e disposição final.
- TAPUME - Vedação provisória, feita de madeiras, folhas de zinco ou asbesto, colocada ao redor do terreno onde se constrói.
- TESTADA - É a medida da frente do lote que o separa do logradouro público.
- TRÂNSITO - Movimentação de pessoas e veículos públicos ou particulares, de carga ou coletivos.
- VIA - É o espaço organizado destinado à circulação de veículos ou pedestres.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Lei 2909 28/7/92 Estado da Mato Grosso do Sul

ANEXO II

TABELA DE MULTAS

Valor * da Multa	350 a 500	250 a 400	150 a 300	50 a 200	25 a 100	10 a 50	1 a 20	0,5 a **	0,01 a ***
ARTIGOS	40	42	21	26	6º	5º	9º	16	
	54	55, §3º	22	30	8º	11	13	18	
	118		25	34	12	23	14		
	122		44	35	43	53, §1º	53, §3º		
	123		45	37	55, §1º	56	59		
	124		53, §2º	38	58	61	63		
	133		60	39	65, I	65, III	69		
	134		67	41	65, II	65, IV	73, §2º		
	136		68	55, §2º	66, Caput	65, §único	74		
			79	62	87				
			80	73, Caput	89	66, §único	95, II		
			84	75		70	95, IV		
			85	77		98, IV	73, §1º	98, II	
			99	82		113	90	98, VI	
			102	86		140	91	101	
			126	98, VII		151	95, I	108, §1º	
			127	114			95, III		
			128	115			95, V		
			129	152			95, VI	142	
			130	153			98, I	149	
						98, III			
						98, V			
						103			
						109			
						110			
						111			

* EM UFIC'S

** POR METRO DE TESTADA

*** POR M² DE ÁREA